

O FUTURO DA PREVIDÊNCIA E DO TRABALHO

Entre 2000 e 2020 deverá aumentar o contingente de idosos na população brasileira, com reflexos no sistema de Previdência Social. Ao mesmo tempo, aumentará também a escolaridade média da população, favorecendo níveis mais elevados de salários e produtividade na indústria do país

POR HERTON ELLERY ARAÚJO E FREDERICO BARBOSA

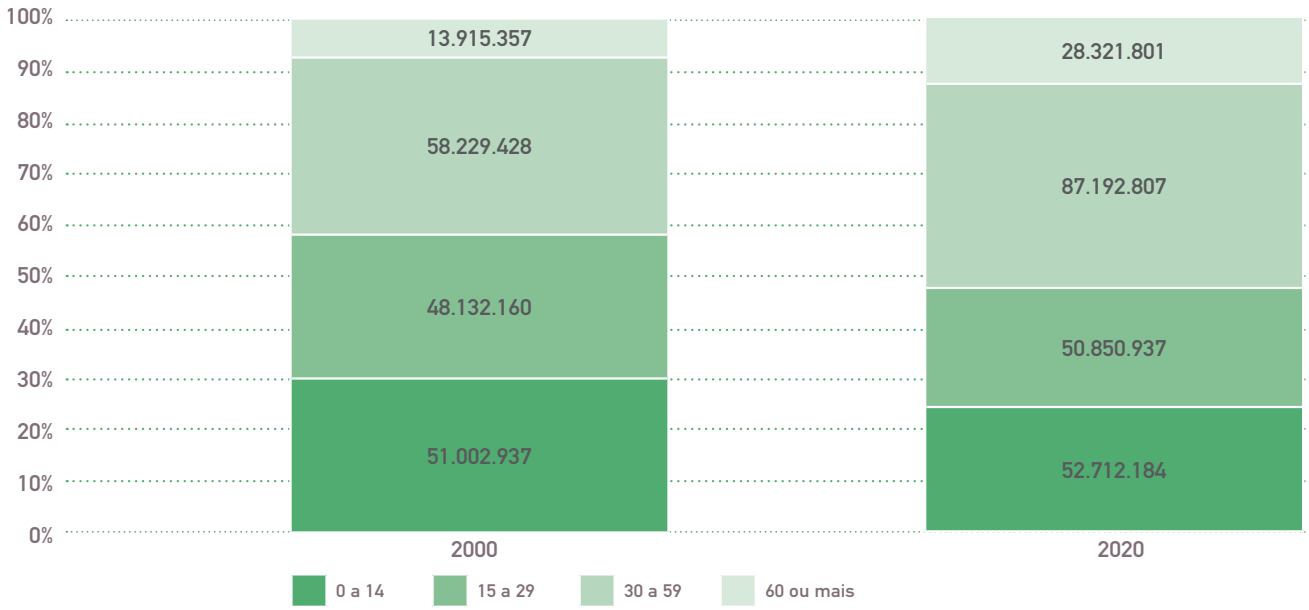
Este artigo explora possibilidades interpretativas a respeito das relações entre tendências demográficas, Previdência Social e mercado de trabalho. Para tanto, utiliza as projeções demográficas do IBGE de 1980 até 2050 e projeta as características e tendências do mercado de trabalho brasileiro a partir da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD).

O período considerado para análise foi o de 2000 a 2020. Nele, relacionamos o nível de escolarização e seus reflexos no mercado de trabalho e na oferta de mão-de-obra qualificada para as empresas. Porém, precisamos atentar para o fato de as projeções temporais possuírem inúmeras dificuldades metodológicas, as quais nos obrigam a certas suposições. Uma dessas dificuldades refere-se à questão da estabilidade dos marcos institucional e político, especialmente nas análises do comportamento da economia e do mercado de trabalho. Dessa forma, partimos de referências atuais – crescimento econômico e aumento na formalização do mercado de trabalho – para projetar algumas possibilidades para o ano 2020.

ENVELHECIMENTO. Um primeiro dado demográfico de interesse são as tendências de envelhecimento da população brasileira. A análise dos dados concernentes à composição das faixas etárias (confira o Gráfico) permite projetar, no período em análise, o número de idosos, que passará de 13,9 milhões para 28,3 milhões de pessoas.

O segundo aspecto do envelhecimento refere-se ao aumento da população em idade ativa madura (ou seja, de 30 a 59 anos). Em 2000, conforme revela o mesmo Gráfico, havia 58,2 milhões de pessoas nessas condições; em 2020 a projeção é de que esse número salte para 87 milhões de pessoas. Quanto à população jovem (pessoas de 15 a 29 anos), varia pouco no período.

GRÁFICO – COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR FAIXAS ETÁRIAS SELECIONADAS NO PERÍODO DE 2000 A 2020 (PROJEÇÃO)



Fonte: IBGE, Projeções Populacionais – Revisão 2004. Elaboração própria.



quação dessas mesmas vagas comparativamente à demanda. O ensino público superior oferece 300 mil vagas com 92% de preenchimento; enquanto isso, o ensino privado oferece 2 milhões de vagas, das quais apenas 52% são preenchidas.

NO PERÍODO DE 2000 A 2020, O NÚMERO DE IDOSOS PASSARÁ DE 13,9 MILHÕES PARA 28,3 MILHÕES DE PESSOAS

IMPACTO NA PREVIDÊNCIA. As tendências de envelhecimento e escolaridade atingem decisivamente a institucionalidade da Previdência Social. A razão de dependência entre idosos (de 60 anos ou mais) e população em idade ativa (de 15 a 59 anos) crescerá entre 2000 e 2020 de 13,1% a 20,5%. Isso significa que o número de 13 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa em 2000 passará para 20 em 2020.

Dois elementos poderão minimizar o impacto do envelhecimento: a taxa de participação (razão entre a população que trabalha ou procura trabalho e a população em idade para trabalhar) da população deverá aumentar nesse período, pois quanto maior a escolaridade, maior a taxa de participação, desde que a economia permaneça no mesmo ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos. O outro efeito decorre do aumento da produtividade da economia – para o qual há indícios consistentes –, que permite, em tese, maior solidariedade intergeracional. Esse conceito refere-se a um raciocínio simples: se a produtividade aumenta, então o salário das gerações mais jovens tende a superar o da geração mais idosa, nas mesmas idades. Assim, um aposentado "pesará" menos relativamente ao contribuinte de salário mais alto.

ESCOLARIDADE. No que diz respeito à evolução da escolaridade da população entre 2000 e 2020, os dados revelam um aumento importante a favor da escolarização média. Em 2001, ela era de 6,1 anos na população de 10 anos ou mais de idade; em 2006, esse número passou para 6,8. A se confirmar a tendência de aumento, podemos esperar que, em 2020, a escolaridade média chegue a 8 anos de estudo. Se, porém, desagregarmos essa taxa média por grupos etários, podemos observar que ela é maior para os jovens: de 8,5 anos entre 15 e 24 anos em 2006. Como conseqüência, pode-se falar de uma oferta de mão-de-obra com maior escolaridade formal a cada ano até 2020.

É evidente que um dos aspectos mais influenciadores da composição da mão-de-obra é a qualificação de nível superior. Por essa razão, é importante observarmos a evolução desse tipo de qualificação. Na década de 1990 aconteceu praticamente a universalização do ensino básico. Na década atual, o principal desafio, além da garantia do ensino básico, é a universalização do ensino superior. Apesar de as vagas hoje oferecidas serem suficientes para atender à população em idade de ingressar no ensino superior, há uma ociosidade ou inade-

MERCADO DE TRABALHO. Do ponto de vista do mercado de trabalho, podemos observar um efeito de composição Esse conceito refere-se ao fato de que os mais velhos, que se aposentarão até 2020, têm menor escolaridade, ao passo que os que vêm entrando por último no mercado de trabalho têm escolaridade maior, de tal forma que a população em idade ativa (PIA) será bem mais escolarizada no futuro. Os dados da Tabela 1 permitem visualizar esse ponto.

Como se pode ver na Tabela 1, a população de 30 a 59 anos ocupada tem 10% de analfabetos, enquanto aquela que está aspirando ao mercado (18 a 24 anos) tem apenas 2%. Por outro lado, na PIA mais madura (de 30 a 59 anos) apenas 21,6% têm ensino médio completo (11 anos de estudo). Enquanto isso, na população mais jovem, o percentual sobe para 37,4%.

A maior escolarização da PIA acarreta duas conseqüências para o mercado de trabalho e as empresas. A primeira, um aumento da formalização; a segunda, um aumento relativo das exigências salariais. Quer dizer, as empresas deverão pagar salários mais altos a seus empregados, como contrapartida à sua maior escolaridade. Podemos comprovar essas tendências com informações atuais sobre formalização e salários por escolarização no Brasil.

FORMALIZAÇÃO, SALÁRIOS E ESCOLARIDADE. Como indica a Tabela 2, o aumento da escolarização cria possibilidades de maior formalização, sobretudo em contexto de crescimento econômico e de políticas sistemáticas de formalização. Mesmo com exemplos recentes como o da década de 1980, quando o aumento da escolarização foi seguido de crescente informalidade, há indícios de um ciclo virtuoso de formalização para a primeira década dos anos 2000.

NA DÉCADA DE 1990 ACONTECEU PRATICAMENTE A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO. NA DÉCADA ATUAL, O PRINCIPAL DESAFIO, ALÉM DA GARANTIA DO ENSINO BÁSICO, É A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A Tabela 2 mostra que, quanto maior a escolaridade do trabalhador, maior é a formalização (percentual dos que têm carteira assinada). Por exemplo, entre os trabalhadores com escolaridade baixa (zero ano de estudo), 19,1% possuem carteira; entre os de maior escolaridade (12 anos ou mais), 62,5% possuem carteira assinada. Os autônomos, responsáveis por 23,8% dos ocupados e 44,3% daqueles com escolaridade de zero ano, são caracteristicamente trabalhadores maiores de 30 anos e provenientes da agricultura familiar.

Já a Tabela 3 mostra a relação entre salário e nível de escolarização. Nessa tabela podemos constatar que, quanto maior a escolaridade do trabalhador, maior é seu salário médio. A categoria de zero ano de estudo tem salário médio de R$ 316, enquanto os que têm alta escolaridade (com mais de 12 anos de

TABELA 1– POPULAÇÃO OCUPADA POR IDADE E FAIXA DE ESCOLARIDADE – BRASIL 2006

Grupos de Idade/Educação	População Ocupada						
	Total de ocupados	0 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 anos ou mais de estudo
15 ou mais anos	100%	8,8%	10,4%	25,6%	16,7%	24,2%	14,2%
18 a 24 anos	100%	2,0%	4,8%	19,2%	24,5%	37,4%	12,1%
25 a 29 anos	100%	3,6%	7,0%	21,2%	16,3%	33,5%	18,3%
30 a 59 anos	100%	9,7%	11,8%	27,5%	13,9%	21,6%	15,5%
60 ou mais	100%	32,6%	20,9%	25,8%	5,9%	6,6%	8,3%

Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC (Núcleo de Gestão de Informações Sociais).

TABELA 2 – PESSOAS OCUPADAS COM 15 ANOS OU MAIS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE – BRASIL 2006

Posição na Ocupação/ Educação	15 anos ou mais						
	Total de ocupados	0 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 anos ou mais de estudo
Todas as situações de ocupação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Empregado com carteira	45,5%	19,1%	26,9%	34,8%	43,8%	61,1%	62,5%
Empregado sem carteira	25,7%	34,4%	33,0%	31,1%	30,8%	18,3%	15,2%
Autônomo	23,8%	44,3%	36,9%	30,2%	21,2%	15,2%	12,6%
Empregador	5,0%	2,2%	3,2%	3,9%	4,2%	5,4%	9,7%

Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC (Núcleo de Gestão de nformações Sociais).

TABELA 3 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO PRINCIPAL SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE – BRASIL 2006

Grupos de Ocupação/Idade e Educação	De 15 anos ou mais						
	Total de ocupados	0 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 anos ou mais de estudo
Todas as situações de ocupação	851,02	316,49	428,52	546,18	621,65	868,83	2.105,63
Empregado com carteira	977,64	487,58	592,97	597,86	644,51	831,29	2.018,75
Empregado sem carteira	447,14	266,11	300,68	341,98	368,13	529,37	1.204,43
Autônomo	668,83	263,10	390,34	534,35	635,37	851,50	2.113,98
Empregador	2.705,13	720,56	1.336,62	1.849,99	2.227,69	2.562,75	4.137,96

Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC (Núcleo de Gestão de Informações Sociais).

estudo) recebem R$ 2,1 mil reais em média. Isso significa um aumento de 6,6 vezes devido à diferença de escolarização.

Como uma avaliação final, do ponto de vista demográfico, podemos dizer que o aumento da taxa de dependência é oneroso à Previdência, mas, por outro lado, do ponto de vista do mercado de trabalho, a maior produtividade e o mais alto nível de formalização, ao implicar maiores salários para o pessoal em idade ativa em relação aos aposentados, contrabalançam os efeitos do envelhecimento. Do lado das empresas, na medida em que pagarão salários mais altos, podem contar também com aumento da produtividade do trabalho.

Do ponto de vista demográfico, esse período (de 2000 a 2020) apresenta-se como uma janela de oportunidades, pois a razão de dependência será a menor da história. Se por um lado a razão de dependência de idosos está aumentando, por outro a diminuição da razão de dependência de jovens está diminuindo mais rapidamente. Este momento auspicioso do ponto de vista demográfico só reverterá em bem-estar social se a economia absorver de forma adequada esse contingente de força de trabalho potencial. ✖

HERTON ELLERY ARAÚJO, Técnico de Pesquisa e Planejamento da DISOC/IPEA, herton.araujo@ipea.gov.br
FREDERICO BARBOSA, Técnico de Pesquisa e Planejamento da DISOC/IPEA, frederico.barbosa@ipea.gov.br